

Colonato e imigração: padrões de produção e diversificação dos ganhos na fazenda Boa Vista (Ribeirão Preto, 1915)

Settlers and immigration: production patterns and diversification of earnings on the Boa Vista farm (Ribeirão Preto, 1915)

Carlo Guimarães Monti*

Lelio Luiz de Oliveira**

Resumo: Este artigo vincula-se ao tema colonato. Analisa o comportamento dos colonos na obtenção de recursos para a sobrevivência e a busca de excedentes, junto à fazenda Boa Vista situada em Ribeirão Preto (SP). Os principais dados foram obtidos em documentos inéditos da contabilidade da fazenda para o ano de 1915. Foram desvendados os comportamentos econômicos dos colonos contratados para as lidas com a cafeicultura. Notamos que os colonos – compostos de trabalhadores nacionais-portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses – comportavam-se de forma distinta de acordo com a nacionalidade, tanto para o estabelecimento dos contratos quanto para a prestação de serviços extras. As relações econômicas e de trabalho entre os próprios colonos geralmente aconteciam entre os grupos, também vinculadas à nacionalidade. Tudo isso, resultava em valores e saldos diferenciados no momento da prestação de contas dos contratos e na possibilidade de ascensão social.

Palavras-chave: trabalhadores; colonato; imigração.

Abstract: This article is linked to the theme of settlement. It analyzes the behavior of the settlers in obtaining resources for survival and the search for surpluses at fazenda Boa Vista, located in Ribeirão Preto (SP). The main data was obtained from the farm's unpublished

* Doutor em História pela Unesp-Franca. Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHistória) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UnifessPA). E-mail: carlogmonti@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7980-5906>.

** Doutor em História Econômica pela USP. Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Fearn – da USP e Professor do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo – USP. E-mail: lelio@fearn.usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3806-7556>.

accounting documents for 1915. The economic behavior of the settlers hired to work in the coffee plantations was revealed. We noticed that the settlers - made up of Portuguese, Italian, Spanish, German and Japanese workers - behaved differently according to their nationality, both when establishing contracts and when providing extra services. The economic and working relationships between the settlers themselves generally took place between groups, also linked to nationality. All of this resulted in different values and balances when it came to accounting for contracts and the possibility of social advancement.

Keywords: workers; settlement; immigration.

Introdução

O SISTEMA DE COLONATO na cafeicultura tem sido analisado por vários prismas relevantes que contribuem para a compreensão do tema. Pesquisas desvendaram as origens e a constituição do sistema, atreladas à substituição da mão de obra escravizada¹ pelos imigrantes,² juntamente com o avanço da cafeicultura e seus desdobramentos, incluindo as formas de acesso à terra.³ A consolidação do colonato foi verificada por diversos caminhos e posicionamentos dos pesquisadores, notadamente sobre o período da chamada Primeira República. De um lado, foi visto como parte integrante de um amplo complexo cafeeiro capaz de acumular capital, inclusive para além da economia agrário-exportadora.⁴ De outro lado, sem relegar os estudos com vasta abrangência espacial e temporal, o colonato tem sido analisado pelo olhar regional e através de casos expressivos, contribuindo para aprofundar as investigações, demonstrar especificidades do processo e facilitar comparações.⁵ Este artigo vincula-se a este último posicionamento.

O objetivo deste artigo é compreender as formas de obtenção de recursos por parte dos colonos, vinculados à fazenda Boa Vista, de propriedade de Joaquim Diniz da Cunha Junqueira, localizada no município de Ribeirão Preto (SP) e grande produtora de café.

- 1 COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Unesp, 2006. LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, p. 353-372, 2007.
- 2 HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**. São Paulo: Paz e Terra, 1984. GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. São Paulo: Alameda, 2012.
- 3 MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. [S.l.]: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Bauru: Edusc; Fapesp, 2010.
- 4 PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978. SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo, 1880-1945**. Trad. Octávio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial de São Paulo**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, IE, 2007.
- 5 Para exemplificar: WITTER, José Sebastião. Um estabelecimento agrícola do estado de São Paulo nos meados do século XIX. **Revista de História**, v. 48, n. 98, p. 393-467, 1974. BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. **Fazenda Santa Gertrudes**. Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista, 1895-1930. 1974. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Rio Claro, 1974. BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019. FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café, 1880-1920**. Ribeirão Preto: Holos, 2008.

Noutros termos, analisar como eram contabilizadas as atividades e os valores pagos aos trabalhadores. Para tanto, foram estudados os registros da fazenda, especialmente os livros de Contas Correntes para o ano de 1915. Os dados documentais revelaram as diversas atividades empreendidas pelos colonos no decorrer do ano vinculadas à cafeicultura, à produção de subsistência e demais trabalhos de manutenção da propriedade. Os valores registrados para cada prática econômica revelaram as origens dos recursos obtidos pelos colonos, bem como as possibilidades de conseguirem um certo crédito ao final dos acertos de contas anuais. Para além disso, a análise tem por objetivo compreender a complexidade das atividades distribuídas em áreas da fazenda, praticadas pelos colonos brasileiros e imigrantes, que estabeleciam contratos distintos e realizavam trabalhos em lavouras de café em vários estágios de produção, resultando no acesso aos valores de forma diferenciada entre os trabalhadores. Sabendo-se que as atividades extras, vinculadas ou não à cafeicultura, demandadas pelo proprietário da fazenda, também implicavam em saldos positivos ou negativos no fim das contas.

O artigo é dividido em quatro partes. A primeira descreve a documentação utilizada e as possibilidades de obtenção dos dados para a análise. A segunda parte sintetiza o contexto histórico, os percursos das relações de trabalho com o avanço da cafeicultura na província e depois estado de São Paulo, bem como a relevância da transição da mão de obra escrava para a imigrante e a consolidação do colonato, com base na bibliografia pertinente. A terceira parte demonstra o funcionamento da fazenda e as atividades econômicas geradoras de receitas para os colonos envolvidos na cafeicultura, distinguindo a participação entre as nacionalidades, conforme os contratos estabelecidos. E, finalmente, na quarta parte apresentamos os vínculos entre os grupos familiares para realizar os trabalhos contratados e ampliar a renda por meio de atividades extras, inclusive a produção de cereais para a subsistência e comercialização de excedentes.

A documentação

NA DOCUMENTAÇÃO pertencente à fazenda Boa Vista constam os livros de Contas Correntes para o ano de 1915.⁶ No livro de Contas Correntes consta, em folhas distintas, o nome do colono contratado, o número de pés de café a ser tratado e o valor a ser pago por cada unidade do cafeeiro, que geralmente era de 100\$000. No início da página era sintetizado o contrato estabelecido com determinado colono.⁷ Não há anotações sobre quantas pessoas estavam vinculadas ao colono “cabeça do contrato”, nem o sexo ou a idade. Por dedução, supõe-se que havia correspondência entre o número de pés de café a serem tratados e o

6 Os contratos de trabalho nos cafezais, para o ano de 1915, seguiam a Lei nº 1.299-A, de 27 de dezembro de 1911, que criou o Patronato Agrícola no Estado de São Paulo, para a defesa dos direitos dos “operários agrícolas”.

7 Ver: FALEIROS, Rogério Naques. Estratégias de expropriação e contratos de trabalho na cafeicultura Paulista (1917-1937). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 9, p. 307-330, 2013.

tamanho da família ou do grupo de trabalhadores atrelados ao contratado, que poderiam ou não ter vínculos de parentesco.

As páginas do livro de Contas Correntes eram divididas geralmente em três partes. Na primeira, à esquerda, fazia-se as anotações por itens das atividades diárias, semanais ou mensais praticadas pelo colono, por alguém da sua família ou membro do grupo. Ressaltamos que as atividades poderiam ser vinculadas diretamente ao trato dos pés de café ou trabalhos extras solicitados pelo proprietário da fazenda, entre eles a colheita do produto, o ato de esparramar o café nos terreiros para a secagem, o transporte dos produtos alimentícios, carpir terrenos, cortar lenha, ou ainda, prestar serviços necessários e contratados entre os próprios colonos. Na segunda parte da folha do livro, anotava-se os valores relativos aos débitos adquiridos pelos contratados, como adiantamentos de valores e produtos adquiridos no barracão da fazenda ou na loja urbana do proprietário (também especificados na primeira parte da folha). E, por fim, na última parte anotava-se os valores dos créditos obtidos pelos colonos “cabeça de contrato” no decorrer do ano, segundo o tipo de trabalho exercido.

A origem dos trabalhadores, se nacionais ou imigrantes, foi indicada segundo os nomes e sobrenomes dos contratados. Foram agrupados os brasileiros e portugueses devido à impossibilidade de distinção dos sobrenomes e na falta de outros registros que possibilitasse a distinção. Entre os imigrantes, foram identificados italianos, espanhóis, alemães e japoneses, especificados no decorrer do artigo. Assim, foi possível deduzir o número de contratos estabelecidos por cada grupo de trabalhadores, suas atividades econômicas e as formas de obtenção de recursos. Por fim, é necessário ressaltar que a documentação analisada não indica se por trás de um contratado havia trabalhadores de várias origens nacionais.

Antecedentes históricos e relações de trabalho

NO DECORRER DO SÉCULO XIX, como já bem estudado, a cafeicultura avançou na província de São Paulo. Os investimentos na rubiácea caminharam desde o Vale do Paraíba⁸ até os solos férteis do entorno de Campinas.⁹ Na segunda metade do dezenove, a implantação da ferrovia¹⁰ favoreceu rapidamente a plantação das lavouras no então chamado “oeste

8 STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras**. São Paulo: Brasiliense, 1961. NOZOE, Nelson; MOTTA, José Flávio. Pródomos da acumulação cafeeira paulista. **Seminário permanente de estudo da família e da população no passado brasileiro**. São Paulo: IPE-USP, abr. 1994. MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba paulista (1865-87). **Revista Brasileira de Economia**, v. 56, p. 147-170, 2002.

9 MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 3ª ed. São Paulo, 1941. CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (coord.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. MONBEIG, Pierre. As etapas da marcha pioneira. In: MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec-Polis, 1982. p.165-79.

10 MATOS, Odilon N. **Café e ferrovias**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974. SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias em São Paulo**: Paulista, Mogiana e Sorocabana. 1974. Dissertação (Mestrado em Economia) –

paulista”,¹¹ atingindo o nordeste da província que atualmente compreende a região de Ribeirão Preto, rica em terras férteis e inexploradas.¹² No entanto, a combinação de recursos como a terra, o crédito e mão de obra foi essencial ao crescimento da produção.¹³

O afluxo de capitais e cafeicultores fluminenses e condições propícias para escoamento da produção vão marcar um novo estágio de desenvolvimento da região, permitindo que a economia cafeeira se desenvolva rapidamente, vindo Ribeirão Preto a se tornar um dos polos mais dinâmicos da economia regional.¹⁴

Para a compreensão dos usos da mão de obra na cafeicultura cabe um determinado recuo histórico, especialmente sobre o processo transcorrido na província de São Paulo. No avançar do século XIX, o governo paulista e os cafeicultores estabeleceram sucessivamente diferentes relações de trabalho. Para além do trabalho escravo, a mão de obra livre nacional e imigrante foi utilizada como temporária ou volante, por meio de parcerias e contratos por tempo limitado. Levando em conta que havia em muitos casos uma sobreposição de formas de emprego dos trabalhadores.¹⁵

O trabalho escravo foi essencial para a cafeicultura.¹⁶ Há, pois, uma relação direta, desde seus primórdios, entre o aumento notável do fluxo de escravizados, a acumulação de capital e a ampliação das lavouras de café na primeira metade do século XIX.¹⁷ O reflexo desse processo está demonstrado em pesquisas baseadas em documentos como inventários *post-mortem* e Listas Nominativas. Os escravizados estavam disseminados nos patrimônios dos produtores, desde os grandes até os de pequeno porte, em todo o espaço percorrido pelas lavouras cafeeiras.¹⁸ Por outro lado, os limites e a incapacidade

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1974.

11 DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

12 FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960. ZAMBONI, Ernesta. **Processo de formação e organização da rede fundiária de Ribeirão Preto (1874-1900): uma contribuição ao estudo de estrutura fundiária**. 1978. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1978.

13 MARCONDES, Renato Leite. Vastos cafezais e grandes dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914). **Estudos econômicos**, v. 48, p. 283-310, 2018. BERTOLAI, Jefferson; MARCONDES, Renato Leite. Crédito e agricultura: hipotecas rurais em Ribeirão Preto (1895-1905). **História**, São Paulo, v. 39, p. 1-29, 2020.

14 PIRES, Júlio Manuel. Finanças públicas municipais na República Velha: o caso de Ribeirão Preto. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 481-518, set.-dez. 1997.

15 FALEIROS, Rogério Naques. Do escravo ao imigrante: cafeicultura e relações de trabalho em São Paulo no século XIX. **Revista Leituras de Economia Política**, p. 87-110, 2000.

16 ALVARENGA, Felipe de Melo. **Terra e trabalho na “crise” do corredor cafeeiro: projetos senhoriais, crimes cotidianos e contratos de trabalho entre o final da escravidão e o pós-abolição (Vale do Paraíba Fluminense, 1878-1916)**. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

17 MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. Gold, Coffee, and Slaves: Brazil and “the So-Called Primitive Accumulation”. **Critical Historical Studies**, v. 10, n. 2, p. 211-232, 2023. MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo H. (org.). **A segunda escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

18 MOTTA, José Flávio. O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos (Bananal, 1801-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 409-434, set.-dez. 1991. MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 5, n. 1, p. 71-101, 1988. MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba (século XIX)**. Lorena: Stiliano, 1998. MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanack Braziliense**, n. 7, p. 138-152, 2008. RIBEIRO, Maria Alice Rosa; DE CAMPOS, Cristina. História da riqueza na economia cafeeira paulista: a família Arruda Botelho (1854-1901). **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 20, n. 2, p. 59-73, 2012. RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Riqueza e endividamento na economia de *plantation* açucareira e cafeeira:

de reposição da mão de obra cativa foi superado gradativamente pelo trabalhador livre, em grande parte imigrante.¹⁹

Na lavoura do café em formação encontramos [...] grandes fazendas com enorme concentração de escravos e produção de café e grande número de pequenos lavradores com poucos escravos ou com nenhum escravo e alguns pés de café.²⁰

Em grande parte do século XIX, o chamado nordeste paulista era composto por poucas localidades e com população rarefeita e dispersa.²¹ O município de Ribeirão Preto, que é parte oriunda desta região,²² foi mais densamente ocupado nas décadas finais do oitocentos, primeiramente sustentado em uma economia de subsistência e abastecimento interno, e depois ampliada pela cafeicultura e pela ferrovia. Na fase inicial da cafeicultura, em Ribeirão Preto, 58,3% dos trabalhadores eram escravizados, enquanto os trabalhadores livres eram imigrantes em sua maioria.²³

Apesar da supremacia numérica dos pequenos plantéis, mais da metade dos cativos (59,1%) estava concentrada em escravarias com mais de dez elementos, sendo que a maior dessas concentrava, sozinha, 18,8% dos cativos. A concentração da posse é confirmada pelo índice de Gini, calculado em 0,610. Considerando esse indicador para proprietários do sexo masculino e feminino separadamente, encontra-se Gini de 0,662 para os homens e 0,432 para as mulheres.²⁴

Em meados do século XIX, os trabalhadores livres eram atrelados às fazendas por meio do sistema de parceria, conjugado com dias esporádicos de trabalho e empreitadas. O sistema de parcerias não se sustentou devido à precariedade das regulamentações e os crescentes

a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 527-565, 2015. LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 210-221, 1983.

19 MELLO, João Manoel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: uma contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

20 COSTA, Iraci Del Nero. **Arraia-miúda**: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil. [S.l.]: MGSP Editores, 1992.

21 Políticas de controle da população dispersa às margens das Estrada dos Goyazes, no nordeste paulista, acontece desde o século XVIII. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista de Estudos Populacionais**, v. 34, n. 3, p. 549-565, set.-dez. 2017.

22 A vila de São Sebastião de Ribeirão Preto destacou-se, em 1856, da localidade de São Simão, que por sua vez tinha vínculos originais com Mogi Mirim. LAGES, José Antônio Corrêa. **Povoamento da mesopotâmia Pardo-Mojiguaçu por correntes migratórias mineiras**: o caso de Ribeirão Preto (1834-1883). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1995.

23 COLISTETE, Renato P. Quem eram os trabalhadores do café nas vésperas da abolição? Escravizados, imigrantes e nacionais em São Paulo em 1886-1887. **Working Paper Series Nº 2024-27**. São Paulo: Departamento de Economia - FEA/USP, 2024.

24 LOPES, Luciana Suares. Alocação de riqueza no interior paulista oitocentista: o caso da antiga vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. **XIV Encontro de Estudos Populacionais**, Caxambú-MG, 2004. “A ocupação da região nordeste da antiga província paulista foi intensificada com a decadência da mineração em Minas Gerais e a chegada dos chamados entrantes mineiros. Em 1835, a lista nominativa mostrou uma economia baseada na criação de gado e outros animais, além da produção de gêneros de subsistência. A estrutura da posse de escravos revelou a predominância das pequenas posses, sendo raras as grandes escravarias. Na composição da massa cativa nota-se a presença majoritária de cativos em idade produtiva, sendo que, entre estes, na faixa dos 20 aos 39 anos, era significativa a presença de africanos.” LOPES, Luciana Suares. Proprietários de escravos e estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 363-400, abr.-jun. 2012.

conflitos entre trabalhadores e proprietários, sendo necessários ajustes jurídicos que pudessem amparar minimamente as relações de trabalho.²⁵ Paralelamente, o colonato passou a ser implementado. “O colonato, [foi] a fórmula que prevaleceria nas fazendas de café da década de 1880 até meados do século XX. Nesse sistema, a carpa do café era paga segundo taxa fixa anual por milhar de cafeeiros cuidados e a colheita por alqueire de café colhido.”²⁶ Mais especificamente, o trato do café consistia em carpir, adubar os cafeeiros, replantar falhas e aparar os galhos; já a colheita dos grãos de café era realizada por meio de pagamento pré-estabelecido. O contrato entre as partes definia uma quantidade de pés de café de acordo com o número de pessoas aptas ao trabalho na família ou grupo de aparentados. Dessa forma, o colono, cabeça do contrato, era o responsável pelo trabalho do grupo familiar.²⁷ Conforme afirma Paulo Gonçalves,

Diante da crise do escravismo e do descrédito do sistema de parceria, surgiu o regime de trabalho denominado colonato, caracterizado pelo trabalho familiar e pela combinação de três elementos: pagamento fixo pelo trato do cafezal, pagamento proporcional pela quantidade de café colhido, produção direta de alimentos para subsistência com excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador [...]. Quanto maior o número de trabalhadores, maior a quantidade de café colhido pela unidade familiar. Os próprios fazendeiros preferiam contratar famílias para reduzir os custos por unidade de trabalho.²⁸

A imigração foi crescente, especialmente a partir de 1880, incentivada pelas políticas do governo paulista, impulsionando a cafeicultura nas fronteiras agrícolas. Europeus empobrecidos – italianos, espanhóis e portugueses – foram atraídos para trabalhar nos cafezais brasileiros.²⁹ Em São Paulo, entre 1882 e 1929, entraram mais de dois milhões de imigrantes, que correspondeu a aproximadamente 50% da imigração brasileira (3.889.553). No total fixado em São Paulo, 43,9% eram italianos, 18,2% portugueses, 18,0 espanhóis, 4,0% japoneses, 15,9% alemães e outros sem nacionalidade.³⁰ Por sua vez, Ribeirão Preto, o município em estudo, recebeu, somente entre 1886 e 1900, um total de 10.928 imigrantes, conforme os dados da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. No período de 1901 a 1920, o mesmo município teria acolhido mais 33.602 indivíduos estrangeiros.³¹ A população

25 DEAN, Warren. **Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. COSTA, op. cit., 2006. LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Formas de transição da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879**. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986. FALEIROS, Rogério Naques; SOUZA, Bruno Gabriel Witzel. O sistema de parceria e a formação do mercado de trabalho livre no Brasil: aspectos inerciais (1840-1930). **Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**. v. 40. 2012.

26 STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 6, 1983. p.100. LAMOUNIER, op. cit., 1986.

27 BASSANEZI, op. cit., 2019, p. 78-88.

28 GONÇALVES, Paulo César. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento de controle da mão de obra para a economia agroexportadora oitocentista. **Almanack**, p. 307-361, 2017. p. 328.

29 GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da imigração europeia para o novo mundo**. São Paulo: Alameda, 2012. SOUZA, Víctor Gustavo de. **O país das maravilhas tropical: guias para emigrantes, propaganda e atração de trabalhadores livres europeus no último quartel do oitocentos (1875-1897)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2020.

30 GONÇALVES, Paulo César. A grande imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In: REZNIK, Luíz (org.). **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2020. p. 97-123.

31 Entre 1901 e 1920, passaram pela Hospedaria dos Imigrantes 484.647 pessoas, sendo que “a maior parte teve como destino Ribeirão Preto, principal município produtor cafeeiro da Mogiana, e que recebeu no

ribeirão-pretana saltou de 5.552 pessoas em 1872 para 68.638 em 1920.³² Exaltações tentam sintetizar o crescimento econômico: “tudo é pequeno, raquítico, insignificante, diante desse incomparável colosso”.³³

O município em estudo, se observado pelos investimentos e resultados da cafeicultura, sofreu os impactos do contexto maior em que estava inserido. Noutros termos, a princípio teria sido beneficiado pelas políticas governamentais de valorização do café como o Convênio de Taubaté,³⁴ chegando ao auge dos investimentos robustos quando ocorre a Primeira Guerra.³⁵ Somado a isso, Ribeirão Preto era uma área de avanço da fronteira para a rubiácea com condições favoráveis, como solos férteis, acesso à mão de obra, produtividade em alta, fácil escoamento da produção através da ferrovia e os políticos locais atrelados à elite política paulista. Tais condições amenizaram a queda dos preços e da demanda externa no início da guerra. Contudo, logo a seguir, o baque maior ocorreu em decorrência da geada de 1918, que castigou severamente as lavouras.³⁶

Renato Marcondes, ao estudar a cafeicultura em Ribeirão Preto, entre 1890 e 1940, indica que a cada quatro trabalhadores no campo, três eram estrangeiros em 1905. Ao citar Holloway,³⁷ salienta que a estrada de ferro Mogiana possibilitou a expansão cafeeira ao transportar a mão de obra necessária. Marcondes afirma que “a grande maioria dos cafezais de Ribeirão Preto, em 1901-02, foram plantados entre o segundo lustro da década de 1880 [...]. Esse grande plantio beneficiou-se de preços favoráveis daquela época, principalmente ao final da década de 1880”.³⁸ Como consequência, entre 1904 e 1905, a colheita local de café foi a maior do estado. Diante disso, houve a concentração de terras e concomitantemente “uma concentração significativa da produção nas mãos de poucos e grandes cafeicultores”.³⁹ Quanto à quantidade produzida, os dados abaixo são bastante reveladores:

Segundo a Estatística Agrícola e Zootécnica de 1904-05, a colheita de café em Ribeirão Preto foi a maior do Estado entre os municípios recenseados, atingindo pouco mais de dois milhões de arrobas. [...] Nesse momento em Ribeirão Preto, o café suplantava amplamente as demais atividades agrícolas. Em termos de valor, a cafeicultura gerava um valor para a sua colheita superior a oito mil contos de réis. Os demais produtos agrícolas (açúcar, aguardente, milho, feijão e arroz) perfaziam tão-somente 729 contos. De acordo com a de 1904-05, dos 265 estabelecimentos agrícolas 254 produziram café,

período 33.602 imigrantes (6,2% do total)”. LANZA, André. **De braços para a lavoura à proprietários rurais: imigrantes e acesso a terras em São Paulo, 1886-1920**. 2021. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. p. 83.

32 Se incluirmos Cravinhos e Sertãozinho, a população da antiga comarca de Ribeirão Preto, em 1920, chegaria a 125.911 pessoas.

33 BEIGUEMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro, aspectos políticos**. São Paulo: Edusp, 2005.

34 ANDRADE, Caio César Vioto de. A política da economia cafeeira: os conflitos entre as oligarquias republicanas no projeto do Convênio de Taubaté. **Revista Crítica Histórica**, v. 10, n. 20, p. 251-274, 2019. HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. [S.l.]: Paz e Terra, 1978.

35 FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**. Dois séculos de política econômica no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 45-77.

36 MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). **História Econômica & História de Empresas**, v. 10, n. 1, 2018.

37 HOLLOWAY, op. cit., 1984.

38 MARCONDES, op. cit., 2018, p.171-192.

39 Ibidem, p.175.

compreendendo uma área de 15 mil alqueires. [...] A produção continuou numa média superior a dois milhões de arrobas até 1917-18. Nos primeiros lustros do século XX, Ribeirão Preto consistiu no maior produtor de café do Estado de São Paulo [...]. Além disto, três localidades próximas colheram safras acima de um milhão de arrobas em 1912-13 (Sertãozinho, Cravinhos e São Simão), reforçando a importância da região na cafeicultura paulista.⁴⁰

Um dos grandes produtores de café de Ribeirão Preto, na virada do século XIX para o XX, foi Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. Suas terras foram desmembradas da imensa fazenda Lageado, formada gradativamente pela família Junqueira desde 1836. Em 1870, o produtor Diniz Junqueira herdou parte da fazenda Lageado ao se casar com sua prima Emerenciana, denominando-a Boa Vista. Dos anos 1879 a 1889, a atividade principal era a pecuária. Após 1890, o café começou a se destacar. A partir de 1906, foram dez anos seguidos aumentando a plantação da rubiácea. Ao todo, foram 26 anos de modernização e ampliação das atividades na fazenda, que tinha 2.373 alqueires.

Em 1906, os 100 mil pés de café, plantados na fazenda Boa Vista em 1898, estavam em plena produção, contexto que demandou o aumento do número de trabalhadores.⁴¹ Desde 1911, a fazenda já contava com 650.000 pés de café, o que a colocava como a sexta maior produtora do município de Ribeirão Preto, e assim se manteve até 1916. Depois, em 1924, aparece como a sétima maior produtora com 711.000 cafeeiros.⁴²

As frentes de trabalho, receitas e ganhos

O PROPRIETÁRIO DA FAZENDA Boa Vista estabelecia contratos com os colonos de várias nacionalidades visando implementar as atividades econômicas naquela vastidão de terras, principalmente para a plantação, manutenção e colheita do café. No ano de 1915, a fazenda tinha nos seus registros 285 trabalhadores, acompanhados de suas famílias, que prestavam serviços na cafeicultura e nas demais atividades. Os trabalhadores, divididos em cinco nacionalidades, residiam nas seções produtoras de café denominadas: Boa Vista, Jatobá e Baixadão. Entre estes, 184 colonos, chefes de famílias, estabeleceram contratos para tratar 707.065 pés de café (Gráfico 1), juntamente com suas famílias e agregados (em média 3.842 pés por contrato). Os outros 101 trabalhadores, acompanhados ou não de seus familiares, foram anotados como assalariados, também eram residentes na fazenda.

Na Tabela 1, sintetizamos as fontes de receitas auferidas, a variação de quantidade de colonos exercendo cada atividade, bem como os valores contabilizados das despesas, resultando no saldo positivo dos trabalhadores, de acordo com atividades desenvolvidas resultavam as receitas. Eram basicamente quatro fontes de receitas dos trabalhadores.

40 Ibidem, p. 178.

41 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto. Anos: 1893-1920. Livro 46.

42 BACELLAR, Carlos A. P.; BRIOSHI, Lucilia R. **Na estrada do Anhanguera**. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 1999. p.126.

Metade dos ganhos originava-se dos contratos de trato do café. Outra parte considerável advinha da colheita do café, representando 43,0% dos ganhos dos colonos. Os trabalhos avulsos prestados na fazenda atingiram a soma de 5,0% das receitas. E, por fim, restam 2,0% dos pagamentos quitados referentes aos serviços avulsos realizados entre os próprios colonos.

As atividades que geravam receitas aos trabalhadores, registradas contabilmente, seguiam um certo padrão. Os contratos estabelecidos com os colonos limitavam-se aos cuidados com os cafezais. Isso envolvia o “cabeça de contratos” e todas as outras pessoas vinculadas a ele, como seus familiares, outros parentes, agregados ou outros dependentes. Os valores estabelecidos eram pagos parceladamente no decorrer do ano e registrados. Na época da colheita do café, eram os colonos que realizavam os serviços, porém, os resultados podiam ser diferenciados de acordo com a quantidade colhida e, por outro lado, a quantidade de pés reservada pelo proprietário a determinados grupos. Na medida em que houvesse a demanda por trabalhos avulsos ou temporários, aqueles colonos com disponibilidade ou aptidão eram requeridos. Ao mesmo tempo, segundo a necessidade, indivíduos ou famílias prestavam serviços umas às outras para dar conta das tarefas. Assim, nos afazeres extras nem todos os moradores da fazenda vinculados aos contratos participavam. Provavelmente, boa parte destas atividades eram também registradas, visando à posterior prestação de contas. Enfim, os registros da Tabela 1 procuram sintetizar os valores a receber por parte dos trabalhadores. As receitas tinham que cobrir as despesas, como aquisição de cereais, leite, carne, medicamentos, produtos do armazém (barracão) da fazenda, auxílios e esmolas, carros, dinheiro antecipado e até a própria caderneta para os registros.

Tabela 1 – Síntese das receitas e débitos dos colonos/as⁴³

(continua)

Receitas auferidas pelos trabalhadores contratados/ colonos/as	Créditos	%	Débitos	%
Receita I				
Contratos dos colonos 128 colonos/as	65.000\$000	50%		
Receita II				
Colheita do café 145 colonos/as	56.000\$000	43%		
Receita III				
Trabalho avulso para a fazenda	6.891\$000	5%		

43 Chama a atenção que, dependendo da pesquisa que fazemos aos livros da fazenda, os resultados mudam: quando analisamos do ponto de vista dos créditos, chegamos a um determinado resultado; quando analisamos os números do ponto de vista dos débitos, os resultados são outros. A diferença não é tão expressiva, a ponto de comprometer os resultados, todavia, foi constatada. Acreditamos que essa situação é resultante de um sistema contábil que era feito à mão, sem o auxílio de calculadoras. Vale ressaltar que, nos dois casos, a vantagem ficou para o fazendeiro, pois era uma contabilidade que sempre favorecia à fazenda. Para aprofundar o tema do débito, ver MONTI, Carlo; OLIVEIRA, Lélío. Colonos e assalariados, padrões de consumo e gastos dos trabalhadores rurais nacionais e imigrantes em uma fazenda de café em 1915. **Territórios e Fronteiras (UFMT. Online)**, v. 18, p. 289-319, 2025.

Tabela 1 – Síntese das receitas e débitos dos colonos/as⁴³

(conclusão)

Receitas auferidas pelos trabalhadores contratados/ colonos/as	Créditos	%	Débitos	%
Receita IV Trabalho avulso para outros colonos/as	3.331\$000	2%		
Subtotal (crédito colonatos)	131.222\$000	100%		
Consumo e despesas			75.660\$810	90%
Despesas serviços no café			7.986\$000	10%
Subtotal (Débito colonos)			83.646\$810	100%
Saldo (colonos/as)	47.575\$190			

Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores, 1915.

De acordo com a contabilidade da fazenda, em um ano de trabalho os colonos conseguiram o crédito de 131:222\$000. Em contrapartida, foram deduzidas as despesas, inclusive de consumo, resultando em um saldo positivo para os trabalhadores de 47:575\$000. Este valor dividido entre 184 contratados resultava em uma média 258\$560. Contudo, é lógico que os ganhos não eram equivalentes em razão de vários fatores. Cada contrato implicava em um número específico de pés de café a serem cuidados, que dependia da quantidade diferente de pessoas disponíveis para o trabalho, que se juntavam ao chefe de família contratado. Ou seja, o contratado passava a ordenar e a controlar o trabalho da família inteira, fenômeno que Martins chamou de “mediador da exploração”.⁴⁴ Não é possível saber exatamente ou mesmo especular sobre o número de pessoas vinculadas a cada “cabeça de contrato”. Especula-se que uma família com dois homens adultos, ou duas enxadas como se dizia, tinha a capacidade de tratar de aproximadamente 4.000 pés de café. Isso com o auxílio dos braços femininos e das crianças. Porém, cada grupo de trabalhadores vinculava-se a lavouras de perfis diferentes, plantadas em locais e em épocas diversas, com cuidados anteriores diversificados, que demandavam maior ou menor tempo de trabalho despendido e que traziam resultados nada proporcionais.

Para o ano de 1915, conseguimos acompanhar 128 contratos (70,0% do total); a documentação não permite acompanharmos os outros casos.⁴⁵ As pessoas vinculadas a estes contratos cuidaram de 692.928 pés de café,⁴⁶ sendo uma média de 5.601 pés por contrato. O valor bruto a ser pago foi de 65:000\$130, que resulta em uma média de 507\$681 por contrato. Como esperado, a diferença do número de pés de café estabelecido em cada pacto foi bastante variável: de 2.000 a 15.317 pés. Entre os 128 documentos, apenas quatro foram assinados por mulheres chefes de família, inclusive sendo três viúvas. Um

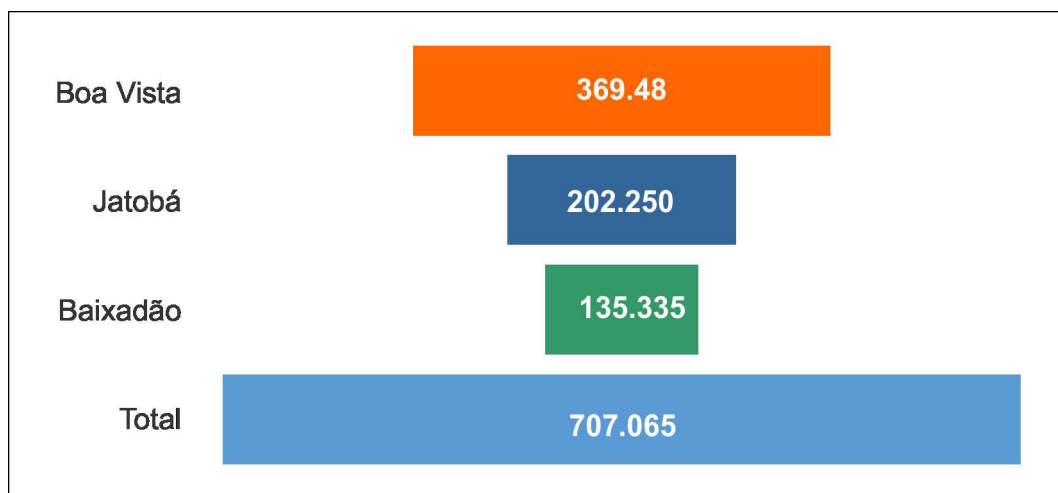
44 MARTINS, op. cit., 1979.

45 Parte das folhas do livro pesquisado não constam os registros de forma minuciosa. Há somente os valores totais.

46 Estima-se que a propriedade tinha ao todo em torno de 750.000.

bom exemplo é o caso de Rozaria Novelli, uma colona italiana que vivia na seção Jatobá e assumiu um contrato de 2.857 pés de café.⁴⁷

Gráfico 1 – Pés de café contratados por seção na fazenda Boa Vista



Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores, 1915.

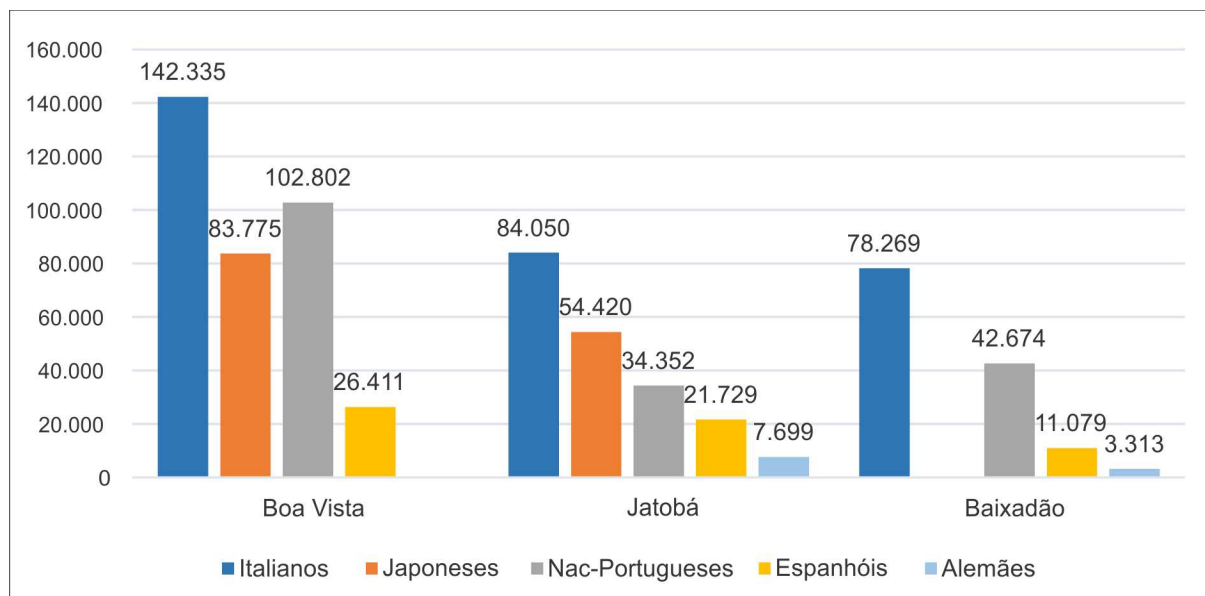
A fazenda era dividida em três espaços produtivos, as chamadas seções (Gráfico 1), onde se situavam as colônias (as moradias) dos trabalhadores. Cada seção tinha sua dinâmica própria de produção. Na seção Boa Vista, foram realizados 97 contratos, com produção de 27.855 sacas de café, que resulta em uma média de 287 sacas por contrato. Para a Jatobá, foram registrados 54 contratos, cuja produção foi de 16.842 sacas, sendo colhidas 330 sacas em média por pacto. A menor das lavouras, sediada na seção Baixadão, possuía 33 contratos, com produção de 8.802 sacas. A média por contrato foi a menor entre as seções: 267 sacas.

Nas seções havia trabalhadores de cinco nacionalidades: Italianos, japoneses, espanhóis, alemães, nacionais-portugueses. A documentação disponível não distingue a origem dos trabalhadores, assim sendo, a distinção foi obtida pela análise dos nomes e sobrenomes. Desta forma, infelizmente não é possível separar os portugueses dos brasileiros, que foram quantificados juntos.

Conforme o Gráfico 2,⁴⁸ os italianos ficaram responsáveis por tratar a maior quantidade de pés de café, totalizando 308.299 pés (44,9%), os nacionais-portugueses ficaram na segunda posição com 182.982 pés (26,7%), a seguir os japoneses tinham 125.064 pés (18,2%) sob sua responsabilidade, os espanhóis trataram 59.219 pés (8,6%), e por fim, os alemães contrataram apenas 11.012 pés (1,6%).

47 Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores da Fazenda, 1915.

48 Foi possível rastrear na documentação, neste caso, 686.576 pés de café contratados.

Gráfico 2 – Pés de café por nacionalidade dos contratantes

Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores, 1915.

Os trabalhadores de várias nacionalidades estavam distribuídos nas três seções (Gráfico 2). Os italianos contrataram 145.980 pés (47,4%) na Boa Vista, 84.050 (27,3%) na Jatobá e 78.269 (25,3%) na Baixadão. Os nacionais-portugueses cuidaram de 105.956 pés na Boa Vista (57,9%), 34.352 (18,8%) na Jatobá e 42.674 (23,3%) na Baixadão. Os japoneses foram alocados somente em duas seções, trataram de 70.644 pés (56,5%) na Boa Vista e 54.420 (43,5%) na Jatobá. Os espanhóis, por sua vez, contrataram 26.411 pés (44,6%) na Boa Vista, 21.729 (36,7%) na Jatobá e 11.079 (18,7%) na Baixadão. Os alemães contrataram 11.012 pés: na Jatobá foram 7.699 (70%) e na Baixadão 3.313 (30%); não tiveram contratos na Boa Vista.

Ao analisar pelo número de contratos conforme a nacionalidade, verificamos que os italianos foram detentores de 51 contratos ao todo, que resulta em uma média de 6.019 pés de café. Os nacionais-portugueses estabeleceram 30 pactos, sendo a média de 5.767 pés. Enquanto os japoneses tinham 33 tratos de pés de café, com um média de pés trabalhados de 4.262. Os espanhóis fizeram 12 contratos e cuidaram em média de 5.311 pés. Por fim, os alemães tiveram dois contratos, com produção média de 5.506 pés tratados. Os que produziram mais foram os Italianos e os nacionais-portugueses, com os alemães e espanhóis tendo uma produção intermediária enquanto os japoneses ficaram bem abaixo dos outros grupos.

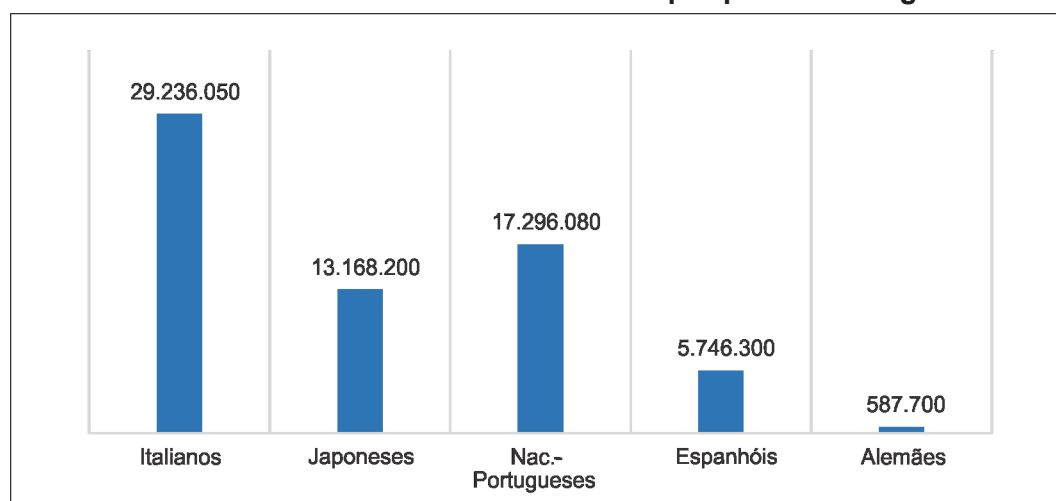
Os números refletem diferenças entre as nacionalidades em decorrência das condições históricas transcorridas pelos diversos grupos. Cabe dizer que os italianos foram os primeiros imigrantes a chegar em grande quantidade no estado de São Paulo, e somado a isso, estavam mais adaptados ao trabalho nos cafezais. Chegavam com famílias ou se casavam no Brasil, formando famílias com grande número de pessoas. Desta forma, um único contrato com os italianos podia abranger indivíduos de mais de uma geração, ou mesmo agregar

diferentes núcleos familiares.⁴⁹ Ao comparar com os japoneses, percebemos uma situação distinta. Era a primeira geração de trabalhadores rurais nipônicos no Brasil, geralmente composta por famílias recém-constituídas, com poucos componentes.⁵⁰ Além disso, necessitavam de auxílio de intérpretes para se comunicarem com os patrões e outros colonos. Tinham que se adaptar aos trabalhos nas lavouras de café por falta de conhecimento técnico. Em face aos exemplos, o conhecimento sobre as atividades de cultivo, a estrutura familiar e as formas de socialização certamente impactaram na definição dos contratos.

Quando observamos os contratos com até 4.500 pés de café, que é a quantidade que uma família com quatro enxadas conseguia cuidar, somamos 347.000 pés de café, ou seja, aproximadamente a metade das lavouras da fazenda Boa Vista. Ao mesmo tempo, 66,0% dos contratos foram realizados para tratar desta quantidade de pés de café. A maior parte dos contratos dos japoneses (90,9%) estava no patamar de até 4.500 pés. Chama a atenção que 83,0% dos contratos dos japoneses eram iniciantes na fazenda em estudo.

Por outro lado, 34,0% dos contratos tinham acima de 4.500 pés de café. Em 43 contratos com média de 6.924 pés. Metade deles eram italianos, que embolsaram 45,0% dos ganhos dos contratos da fazenda (Gráfico 3). Os italianos foram responsáveis por quase metade dos pés de café tratados. Uma boa parte dos italianos tinham contratos acima dos 4.500 pés. Um exemplo é a colona e viúva de Trapansini, que cuidou de 7.205 pés.⁵¹ Havia cinco contratos com mais de 10 mil pés, dentre estes, dois eram de italianos, a saber: Ângelo Roccetti, morador da seção Baixadão, que cuidou de 10.115 pés, e José Pompílio, morador da Boa Vista, que tratou de 10.512 pés.⁵²

Gráfico 3 – Valores em mil réis - contratos por perfil etnolinguístico



Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores, 1915.

49 GONÇALVES, op. cit., 2012. BASSANEZI, op. cit., 2019.

50 ALMEIDA, Gustavo Henrique Gomes de. **Do Japão ao Brasil: trabalhadores japoneses em São Paulo (1908-1922)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. LOURENÇÃO, Gil Vicente Nagai. Dos mares do Japão às terras brasileiras: algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura. **TOMO**, n. 26, jan./jun. 2015.

51 Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores da Fazenda 1915.

52 Ibidem.

Como já afirmado, além do trato regular do café (Tabela 1), o sistema de colonato possibilitava pelo menos outras três fontes diretas de rendimentos aos colonos: a colheita do café e a realização de trabalhos extras para a fazenda e para os outros colonos.⁵³ No ano de 1915, a colheita do café foi a segunda maior receita dos colonos. Os fiscais da fazenda indicavam os talhões onde se realizava a colheita, que muitas vezes não coincidia com a mesma área em que o colono realizava o trato dos cafezais. Ao todo, 149 contratados e seus respectivos familiares\agregados colheram 59.496 sacas de café. A colheita era quantificada em sacos de 60 quilos. A cada saca entregue ao fiscal do cafezal, o chefe do contrato recebia uma ficha constando a quantidade e posteriormente transcrito como crédito nas cadernetas dos colonos.

Os ganhos com as colheitas de café representaram a segunda maior fonte de créditos contabilizadas para os colonos (43,0%), somando 56:000\$000. Os ganhos variaram conforme a nacionalidade dos trabalhadores (Gráfico 4). Os italianos arrecadaram com a colheita 44,3% dos valores, em segundo lugar os nacionais-portugueses 26,2%, enquanto os japoneses conseguiram 19,9% dos valores pagos com a colheita, os espanhóis, bem abaixo, conseguiram 8,7%, e os alemães 0,9%. Moeda Lokuzi e seus subordinados colheram 821 sacas e a viúva Sakaguti Sitizoo e os seus colheram 334 sacas.⁵⁴ Os exemplos indicam que os japoneses que contratavam as menores quantidades de pés de café para tratar procuravam compensar os ganhos no período das colheitas.

Não notamos uma correspondência direta entre os contratados para cuidar do café e a quantidade colhida, a colheita era mais uma fonte de ganho que não estava limitada à quantidade de pés tratados. Ângelo Roccetti contratou 10.115 pés para tratar e colheu 596 sacas; Benito Fernandes era responsável por 10.707 pés e conseguiu colher 767 sacos; outro caso é o de Manoel Ovídeo que tinha o maior contrato, com um total de 15.317 pés e colheu 1.165 sacos.⁵⁵ Esses casos corroboram o argumento que por trás de determinados contratados havia núcleos familiares com várias pessoas ou grupos maiores que dependiam do mesmo contrato.

Outra fonte de receitas dos colonos era o trabalho avulso prestado para a fazenda, que constituiu a terceira maior fonte de renda, somando 6:891\$000, isto é, 5,0% dos ganhos (Tabela 1). Eram práticas esporádicas que não constavam dos contratos e eram realizadas em dias distintos. Foram anotados 270 dias de trabalho extra com atividades como: carpir determinado terreno, cortar e transportar lenha, roçar pasto, consertar a casa sede e transporte de produtos. Certos serviços eram ligados diretamente ao café, mas pagos à parte, como esparramar o café ao custo de 20\$000 ao dia. Esta foi a atividade extra que mais rendeu

53 No livro de Contas Correntes há registros de colonos que deviam a outros colonos. Muito provavelmente, as dívidas entre os trabalhadores eram comunicadas ao contador da fazenda, que por sua vez anotava e isso era incluído nos cálculos. Há a possibilidade de uma parte dos débitos entre colonos terem sido resolvidos entre eles, como por exemplo, trocas de dias de serviço, sem a necessidade do registro formal.

54 Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores da Fazenda, 1915.

55 Ibidem.

aos colonos. Para exemplificar, os italianos receberam 2:981\$000 ao todo e trabalharam 61 dias extras. Vejamos o caso de Beletti Giuseppi, colono italiano, da seção Jatobá, que para esparramar o café chegou a ganhar 94\$000.⁵⁶ Os japoneses também estavam presentes nesses serviços, sendo contabilizados 96 dias de trabalhos para estes colonos. Chama a atenção que a prática de esparramar o café era exercida pelos próprios colonos e não por trabalhadores esporádicos. Além disso, há casos de colonos que, para obter algum ganho além dos contratos, venderam produtos alimentícios para a própria fazenda. Foram negociados quilos de capado (suíno), carne de vaca e milho, no valor de 477\$000.

No decorrer do ano, os grupos familiares tinham várias frentes de trabalho e práticas laborais distintas. Olívio Chiarelli, italiano da seção Boa Vista, juntamente com o seu pessoal, contratou 12.408 pés de café a serem tratados e colheu 983 sacas. Em dias de serviço extra esparramou o resultado de 4.650 pés de café e neste caso ganhou 74\$000. Ainda trabalhou mais seis dias em outras atividades circunstanciais.⁵⁷ De forma semelhante, Etelvino Elias tratou 5.552 pés de café, trabalhou 13 dias extras para a fazenda, recebendo 39\$000; depois estercoou 950 pés de café conseguindo mais 12\$000.⁵⁸

Uma quarta forma de obtenção de receita por parte dos trabalhadores eram os serviços realizados entre os próprios colonos. A contabilidade indica que ao todo gerou 3:333\$000, ou seja, 2,0% da receita dos colonos (Tabela 1). Um colono contratado, em certos casos, com sua gente, não conseguia realizar todo o serviço e recorria ao pessoal de outro grupo. Um exemplo é o de José Bernardinho, brasileiro, morador na seção Boa Vista, que tratou 5.696 pés de café e também trabalhou 63 dias para outros colonos, principalmente para José Bodrini, João e Paschoal Abbadi, obtendo 146\$000; carpiu outros 3.350 pés vinculados a Messias Silva e Antônio Lopes, resultando em 55\$600. Outro exemplo esclarecedor é o de Antônio Ventroni, colono da Boa Vista, com contrato de 3.645 pés de café, que colheu 718 sacas e trabalhou 76 dias para outros colonos carpindo cafezais, inclusive para Antônio Lopes que pagou 49\$000.⁵⁹ O mesmo Antônio teve custos a pagar ao contratar de outro colono dois carros de lenha para consumo próprio. Noutros casos, as famílias buscavam auxílio pontual em determinados momentos como por motivo de saúde dos trabalhadores. Os vínculos entre os colonos contratados viabilizavam os trabalhos da fazenda e contribuíam para rendas extras.

A prestação de serviços entre os trabalhados acontecia, na maior parte das vezes, entre os colonos da mesma origem cultural, o que facilitava os laços econômicos. Entre os italianos, há registro de 305 dias de serviço prestados entre os colonos da mesma nacionalidade. Stefano Baptista, sediado na seção Boa Vista, fez contrato de 8.344 pés de café, realizou também quatro dias de trabalho extra para a fazenda e, somado a isso,

56 Ibidem.

57 Ibidem.

58 Ibidem.

59 Ibidem.

seu grupo trabalhou mais 67 dias para outros colonos, obtendo o ganho de 176\$000. Os serviços foram prestados principalmente para Manoel Maia no valor de 150\$000. Cabe ressaltar que o mesmo Stefano obteve um crédito total de 664\$150 ao final do ano.⁶⁰ Por seu turno, Bachini Máximo, colono italiano da Boa Vista, tratou 4.000 pés de café, colheu 446 sacas e vendeu 38 quilos de capado para o patrício Jeremias Riotta ao preço de 44\$000. Ao final do ano, teve um crédito de 256\$300.⁶¹

Os japoneses geralmente contratavam os seus congêneres para prestação de serviços. Foram registrados 490 dias de trabalho no valor de 1:333\$000. Ono Seitikzi, colono da Boa Vista, que fez contrato de 4.997 pés, colheu 543 sacas, prestou oito dias de trabalho extra para a fazenda, inclusive esparramou café e ganhou 54\$400. O mesmo Ono Seitikzi trabalhou 32 dias para colonos japoneses, além de carpir 1.675 pés de café dos nipônicos, recebendo ao todo 137\$400. Ao final, acumulou o crédito de 615\$250, valor maior que o contrato inicial previa. Outro colono, Ayassida Sakutaro fez contrato de 1.002 pés de café e na época da safra colheu 453 sacas. Além disso prestou serviços durante 49 dias para outros dois colonos japoneses e também carpiu 1.890 pés de café, que resultou em 309\$000. Ao término do contrato anual, teve 115\$000 de crédito.⁶²

Fica evidente que os contratos de cuidados com o cafezal não representavam uma única fonte de receita dos colonos. Na falta de um bom contrato, alternativas de ganhos foram implementadas, inclusive para aqueles que cuidavam de menos de 4.500 pés. O trabalho extra contratado era uma estratégia para conseguir algum crédito na época dos acertos de contas.

Cabe ressaltar a atuação das mulheres colonas, cabeças de contrato. Das quatro mulheres nesta situação, três moravam na seção Jatobá. Em média, os contratos firmados por elas foram de 4.403 pés de café, ou seja, menores que a média geral que era de 5.601 pés. Nos parece que as famílias geridas pelas mulheres eram compostas de menos pessoas aptas ao trabalho, o que resultava em contratos menores. Todavia, todos os contratos geridos por elas resultaram em crédito e provavelmente receberam valores ao término do acerto.

Entre as quatro mulheres identificadas na documentação, apenas Rozária Novelli teve o nome anotado. As outras três apareceram como viúvas de “fulano ou sicrano”. Além da legislação vigente à época que cerceava a atuação feminina, há um indicativo que coaduna com a “historiografia da migração ao Brasil [que] girava em torno da figura masculina e europeia, em grande parte heroificada no homem imigrante europeu, branco, que prospera”.⁶³

Os grupos separados pelas nacionalidades com maiores contingentes ou maior experiência e adaptação aos trabalhos rurais conseguiam estabelecer contratos mais vantajosos, com maiores quantidades de pés de café, talhões de lavouras mais robustas e

60 Ibidem.

61 Ibidem.

62 Ibidem.

63 LISBOA, Karen Macknow. Memórias da migração e do trabalho: três mulheres alemãs no Brasil (1880-1920). **História Econômica & História de Empresas**, v. 27, n. 3, p. 869-899, 2024.

produtivas, além da prestação de serviços extraordinários. Tudo isso resulta em créditos mais consistentes nos momentos dos acertos de contas. Desta forma, os italianos e os nacionais-portugueses conseguiram melhores resultados, com saldos líquidos positivos de maior monta.

Família, contratos, práticas de trabalho e origem dos lucros

OS CONTRATOS DE TRABALHOS pactuados entre o proprietário e os chamados “cabeças de contrato”, que tinham o controle sobre os seus vinculados – familiares, aparentados ou agregados –, aparentemente separa as práticas econômicas e sociais em grupos distintos. Contudo, no cotidiano são fundadas e implementadas estratégias entre os colonos visando atender às necessidades na busca da sobrevivência. Os contratados de mesma nacionalidade e muitas vezes com sobrenomes idênticos criam mecanismos para cumprir as tarefas. Trabalham uns para os outros, trocam dias de serviço e encontram meios de produzir e negociar produtos alimentares. Por trás dessas práticas, muitas das vezes aparecem vínculos sociais entre famílias ou parentes.

Podemos verificar que os italianos tiveram predominância no acesso aos melhores contratos⁶⁴ para o trato do café e para a colheita, que representou créditos ou valores positivos no final das contas. Por outro lado, são poucas as evidências para eles sobre os trabalhos extras prestados à fazenda e poucas atividades realizadas entre os próprios colonos. As famílias maiores, as práticas associativas, o maior tempo de contato com a cafeicultura podem ter ajudado na concentração desses trabalhadores em atividades mais rentáveis, o que auxiliou a obtenção de lucros no fechar das contas do ano. Os casos de duas famílias italianas contratadas pela fazenda demonstram essa obtenção do excedente. São as famílias Cassandra e Chiarelli. A família de Salvador Cassandra tinha um contrato de 4.000 pés e prestou alguns serviços a seu irmão Santos Cassandra, que tinha um contrato de 7.290 pés. No final, os dois irmãos conseguiram aproximadamente 600\$000 cada um.⁶⁵ Por sua vez, Olívio Chiarelli, que estabeleceu um dos maiores contratos, com 12.408 pés de café, colheu 983 sacas e terminou o contrato recebendo 938\$000. Já Máximo Chiarelli contratou 6.416 pés e colheu 621 sacas, tendo um lucro de 757\$650.⁶⁶ Os membros dessas famílias estavam entre aqueles que utilizaram os serviços do tratorista Waldemar Carpinetti entre os meses de fevereiro e março, sabendo que apenas os italianos com contratos acima de 6.400 pés contrataram esse serviço, que correspondia a três dias de trabalho de um colono ou a dois carretos de milho. Ou seja, parecia um serviço dispendioso não acessível a todos.

64 Os chamados “melhores contratos” decorriam do acesso às partes das lavouras que demandavam menos tempo de trabalho, ou seja, as lavouras já “formadas” e mais produtivas. E o contrato com maior quantidade de pés de café decorria do número de trabalhadores agrupados e ao mesmo tempo da concessão por parte do proprietário.

65 Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores da Fazenda, 1915.

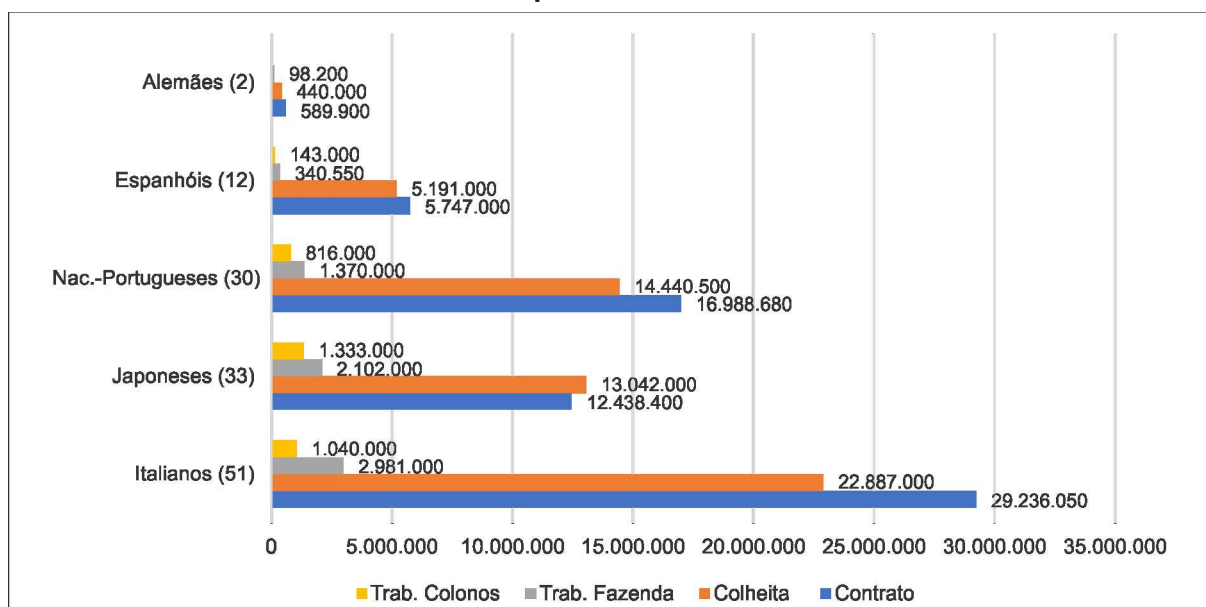
66 Ibidem.

Os nacionais-portugueses seguiram um comportamento semelhante, tanto nas frentes de trabalho quanto nos ganhos obtidos. Apesar das famílias Fernandes, Pereira e Bernardino aparecerem com dois contratos cada uma, não há registro de trabalhos prestados entre os seus membros.⁶⁷

Foi observado também entre os nipônicos que tinham contratos menores, sendo estimulados a ações mais contundentes em outras frentes de trabalho, especialmente na colheita do café, na prestação de serviços temporários para outros colonos e para a fazenda. Notamos um exercício recorrente de prestação de serviços entre os próprios asiáticos, que denota um amparo mútuo. Foi o caso de Maeda Ivaziro, que não consta como cabeça de contrato, mas teve seu nome diversas vezes lançado nas contas de Tatibana Iohiku. Os gastos e os ganhos de Maeda são inseridos na contabilidade de Tatibana. Essa colaboração pode ter sido fundamental para sustentar o grande contrato de 8.006 pés de café administrado por Tatibana e pelas 897 sacas colhidas. Destas, Maeda foi responsável por colher 250 sacas. No final do contrato, Tatibana recebeu 692\$850.⁶⁸ Outro caso entre os japoneses é o de Okabi Toraktiri, que contratou 5.546 pés de café e empreitou 546 a Matuoha, por 20\$000 o pé. Outro membro da família Toraktiri contratou 6.171 pés, dos quais 2.703 foram repassados ou “empreitados a diversos”. Nos dois exemplos, há lucro no repasse dos contratos.⁶⁹

Fica evidente que os contratos podiam agregar mais de um colono ou mais de uma família, demonstrando a construção de relações colaborativas ou ainda de exploração entre os próprios colonos.

Gráfico 4 – Crédito em mil réis dos colonos/as e sua nacionalidade por cada tipo de receita



Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores 1915.

67 Ibidem.

68 Ibidem.

69 Ibidem.

Os espanhóis também conseguiram mais recursos na colheita do café e nos serviços extras. Duas famílias concentraram sete dos 12 contratos realizados por eles. Duas famílias de espanhóis concentraram os saldos no valor de 7:177\$000, que corresponde a 62,8% do total conseguido por este grupo (11:420\$000).

Também é exemplar a situação de dois germânicos, recém-chegados à fazenda, que trabalharam no trato do café e se debruçaram na colheita e na prestação de serviços para outros colonos, como foi o caso de Domingos Muller, colono na seção Baixadão, que tinha um contrato para cuidar de 3.313 pés de café e colheu 273 sacas, trabalhou para a fazenda e no café de outros; enquanto Petri, colono na Boa Vista, com contrato para cuidar de 7.699 pés, colheu 152 sacas e esparramou mais 4.930 pés de café para a fazenda.⁷⁰

A experiência das cinco nacionalidades de colonos que acompanhamos, durante o ano de 1915, na fazenda Boa Vista, indica um processo de associação entre os membros de uma mesma nacionalidade. Identificamos ao menos dez famílias que controlaram 17 contratos, concentrando 13,0% dos contratos da fazenda. Todos terminaram o ano com lucros, o que destaca o importante papel das famílias na realização desses contratos.

Na busca de conhecer outras rendas não contabilizadas, em parte não monetárias, verificamos de forma indireta certos dados referentes às atividades dos colonos, como foi o exemplo do transporte de alimentos produzidos por eles. Os colonos pagaram 477 carretos à fazenda para transportar milho e feijão entre março e junho de 1915. Esses alimentos, muito provavelmente, foram produzidos pelos colonos nas leiras dos cafezais. O valor dos cereais não era registrado no livro dos trabalhadores e nem nas cadernetas. As roças para a subsistência ou para venda de excedentes que representavam uma parcela de ganhos de difícil verificação.⁷¹ Sobre as roças de cereais, Faleiros, utilizando as cadernetas dos colonos da fazenda Pau d'Alho, apontou que:

As cadernetas, infelizmente, também não nos fornecem uma maior noção neste sentido, mas é bem provável que as rendas provenientes das lavouras de alimentos não fossem muito dilatadas já que todos os contratos de cadernetas, registrados entre 1927 e 1931, versam sobre lavouras já formadas cabendo aos colonos o plantio de apenas uma fileira de milho e quatro de feijão em cada rua do café e uma roça por fora cuja extensão era definida proporcionalmente ao número de cafeeiros contratados. Acreditamos que nestas condições a produção excedente de alimentos deveria ser muito diminuta o que pouco somaria às contas dos colonos.⁷²

No entanto, em maio de 1915, Sebastião de Paula, colono da seção Baixadão, vendeu um carro de milho à fazenda Boa Vista por 50\$000.⁷³ Se considerarmos que os carros de milho e feijão tinham valores semelhantes e calcularmos com base nos 477 carros de cereais transportados pela fazenda Boa Vista, chegamos a um valor aproximado de 24:000\$000.

70 Ibidem.

71 STOLKE, op. cit., 1986. HOLLOWAY, op. cit., 1984. MARTINS, op. cit., 1979.

72 FALEIROS, op. cit., 2012, p. 124.

73 Fonte: Documentação da Fazenda Boa Vista – DFBV. Livros dos Trabalhadores, 1915.

Desse valor, os colonos pagaram de frete à fazenda 2:500\$000, restando 21:500\$000, que teria sido o valor da venda total de cereais naquele ano.

Assim, é possível realizar outro cálculo aproximado. Se confrontarmos a venda de cereais no valor de 21:500\$000 aos dados da Tabela 1, esse valor equivaleria a 16,0% do que os colonos conseguiram com as *outras fontes de renda*. Assim, é possível deduzir que a produção de cereais excedentes ao consumo de subsistência poderia ser a terceira maior fonte de renda dos colonos da fazenda Boa Vista. Aqui, cabem algumas observações. Fica demonstrado que os colonos eram capazes de produzir cereais inclusive para a comercialização dos excedentes, mas dependiam dos recursos do proprietário da fazenda para realizar o transporte. Ou seja, a fazenda também tinha ganhos com a produção de cereais, inclusive registrados na contabilidade para deduzir os valores de frete dos reais produtores. Não é possível obter os valores dos custos dos colonos para a produção dos cereais. Assim, os valores apresentados são os de venda, sem as despesas. Os produtos poderiam ser negociados entre os colonos, com o proprietário da fazenda e com compradores externos. Isso tudo poderia implicar nos valores negociados que poderiam não corresponder com os preços de mercado.

Ao todo, 120 colonos pagaram frete à fazenda para transportar os seus cereais, ou seja, pelo menos 68,0% dos colonos contratados (“cabeça de contrato”) estavam envolvidos na venda de cereais. Um exemplo é do italiano João de Bucchi, morador na seção Baixadão, que tinha um contrato de 8.064 pés de café, contratou 13 carretos. Algumas das viagens realizadas para fora da fazenda e que tinham como destino a estação ferroviária.⁷⁴ Francisco Perez Parra tinha um contrato para cuidar de 8.145 pés de café e pagou dez carretos para transportar seus cereais, sendo metade de feijão.⁷⁵ Outro exemplo, o italiano Paschoal Antoneucci, morador da colônia Baixadão, tinha um contrato de 12.081 pés de café e foi responsável por colher 647 sacos, pagando cinco carretos para transportar 28 sacos de feijão (correspondente a 1.680 quilos ou mais ou menos três carros de feijão).⁷⁶ Uma vez vendidos, os cereais poderiam gerar 300\$000 a Paschoal, que ainda recebeu 442\$000 pela colheita de 432 sacos de café e 94\$000 pela realização de serviços extras para a fazenda.⁷⁷

Até aqui, demonstramos os esforços dos colonos em avolumar as possibilidades de ganhos na fazenda. Por outro lado, identificamos outra faceta no cotidiano dos trabalhadores: os conflitos que às vezes geravam o rompimento dos contratos. No decorrer de 1915, onze colonos contratados fugiram com suas famílias e dependentes na calada da noite. Os fiscais e o administrador geralmente empreendiam esforços para encontrar os fujões. O destaque fica para os japoneses. Oito contratados e os seus fugiram antes do término do contrato. Uma quantidade considerável, diante de 33 contratos realizados com os japoneses.

74 Ibidem.

75 Ibidem.

76 Ibidem.

77 Ibidem.

Podemos exemplificar as fugas dos trabalhadores japoneses a partir de duas situações. A primeira ocorreu no mês de abril. Os trabalhadores perceberam que depois de quatro meses de trabalho tinham somado dívidas contra um pequeno crédito. Assim, não esperaram a época da colheita ou a possibilidade de realizar trabalhos extras para amenizar as dívidas. Hirata Ikei, por sua vez, fugiu logo no início do ano. Tinha contratado 4.448 pés de café. No final de março já tinha acumulado 349\$500 em dívidas contra um crédito de 238\$000.⁷⁸ Outro caso é o de Aoki Teikzi, que também fugiu no início do ano e teve sua dívida passada a José Bernardino que também era colono contratado.⁷⁹

Outros casos de fuga aconteceram no final do ano, inclusive após os acertos de contas. Alguns trabalhadores até tinham acumulado algum ganho, mas se evadiam. Ando Matçuki, colono japonês na seção Boa Vista, com contrato de 2.891 pés, conseguiu colher 284 sacas, resultando em um crédito de 292\$750. Mas, acumulou débito de 343\$650, gerados por 40 dias de trabalho de outros nos pés de café por ele contratados, e mais outros valores por carros de feijão, aquisição de quilos de carne e mais os anotados nos cartões de leite.⁸⁰ No final, conseguiu um pequeno crédito de 50\$000, porém, não esperou o fechamento das contas e fugiu.

Por fim, cabe ponderar que, depois dos acertos finais, geralmente de 31 de outubro, dos 128 contratados que pudemos acompanhar durante o ano de 1915, 88,0% tinham saldo contábil a receber, em média 421\$000, e 12,0% tinham dívidas a pagar. É possível argumentar que, dentre os 128 contratos, 66,0% eram de até 4.500 pés, destes 41,0% tiveram lucro. Em média receberam 326\$000 por contrato. Por outro lado, 44,0% dos contratos com mais de 4.500 pés (34,0% do todo) tiveram lucro em média de 565\$000.

Considerações finais

O COLONATO FOI uma fórmula de vincular o trabalhador à terra, um meio engenhoso de obtenção de recursos por parte dos proprietários e um modo de conseguir a dinamização do sistema agroexportador. Ao mesmo tempo, os colonos engendraram e implementaram mecanismos complexos, dentro do sistema, visando à sobrevivência. O estudo da fazenda Boa Vista, de Ribeirão Preto, referente ao ano de 1915, procura desvendar esse processo e complementa os estudos regionais e de casos que se dedicam aos meandros do colonato, facilitando comparações e trazendo especificidades à tona.

Este estudo demonstra que os contratos entre fazendeiros e colonos para o trato de determinado número de pés de café é uma espécie de ponta do iceberg das relações de trabalho no campo. Os contratos, por um lado fixavam os trabalhadores na fazenda por

78 Ibidem.

79 Ibidem. Neste caso, nos parece que o contrato não cumprido foi repassado para outro colono que deveria arcar com os bônus e os ônus.

80 Ibidem.

determinado tempo, garantindo a execução dos serviços e, por outro lado, atraía os colonos que buscavam uma certa estabilidade e sobrevivência (aparentemente amparados pela legislação). Na prática, era necessário a soma dos contratos com os trabalhos extras para a manutenção das famílias e a possível obtenção de um ganho líquido (vislumbrando uma possível ascensão social). Dentre os trabalhos, destacam-se a colheita do café, a secagem nos terreiros, o transporte até a ferrovia, as atividades de manutenção da propriedade e a produção de alimentos para o consumo familiar.

Ao menos, 25% dos colonos/as conseguiram um crédito final maior que o contrato inicial previa, o que pode ser o resultado direto das estratégias que os trabalhadores da fazenda Boa Vista implementaram, ao associarem a nacionalidade e os núcleos das famílias à realização de serviços de colheita do café, ao trabalho extra para a fazenda, ao trabalho para outros colonos e ao cultivo e venda de produtos agrícolas. Assegurar um maior contrato de cuidado do café aumentava as possibilidades de ganhos aos colonos/as, mas não só isto, agregar os contratos a outros trabalhos e associar as atividades a trabalhadores de uma mesma nacionalidade foi basal para a ocorrência de um maior crédito que o definido no início do ano agrícola de 1915.

Contudo, um aspecto fundamental compreendido neste estudo é a busca do conhecimento das relações entre os próprios colonos, o que revela uma parte do cotidiano econômico da fazenda. As trocas de trabalho ou prestação de serviços entre os colonos contratados logicamente era uma realidade no campo. Essas práticas resgatadas revelaram uma das alternativas para os ganhos extras dos trabalhadores. E, nesse caso, aprofunda a análise quando verifica o comportamento apresentado entre os grupos de trabalhadores com nacionalidades diferentes. Fica clara a predominância da endogenia, ou seja, serviços prestados basicamente entre trabalhadores da mesma nacionalidade. Esse comportamento, entre outros fatores, reflete a possibilidade de obtenção de saldos positivos maiores nas contas ao final dos contratos para determinados grupos, como os italianos. Outro aspecto é a necessidade de um grupo, como os japoneses, de se dedicarem com mais atenção às atividades extraordinárias devido à limitação dos seus contratos a pequenos talhões de café.

A nacionalidade e o tamanho do grupo de trabalhadores de cada origem, por trás dos contratos, determinavam o acesso ao número de cafeeiros, resultando em valores maiores ou menores estabelecidos nos pactos. Tudo isso também implicava na capacidade de produzir os alimentos de sobrevivência e criar vínculos mais diretos com o proprietário, como a possibilidade de negociar os cereais e contratar fretes para o transporte. Os maiores contratos vinculavam os trabalhadores com mais presteza aos cuidados com o café, com a produção de cereais, e ainda estreitavam as relações entre os colonos. A documentação revela essas características diretamente para os nacionais-portugueses e para os italianos. Os menores contratos induziam a um maior tempo na

prestação de outros serviços esporádicos. Indica que os demais grupos compostos de menos trabalhadores ainda passavam um processo de adaptação aos trabalhos da cafeicultura e as agruras do colonato.

Recebido em: 01/07/2025

Aprovado em: 12/11/2025